

**A REVALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO OESTE
BAIANO A PARTIR DA EXPANSÃO DA
AGRICULTURA MODERNA E O SURGIMENTO DE
UM NOVO TERRITÓRIO: O MUNICÍPIO DE LUÍS
EDUARDO MAGALHÃES - BA**

Antonio Muniz dos Santos Filho¹

Jorge Ney Valois Rios Filho²

RESUMO: Neste artigo, analisamos o processo de expansão da agricultura moderna nos cerrados baianos, destacando as estratégias de diversos agentes hegemônicos, principalmente o governo em suas três esferas (federal, estadual e municipal). O objetivo foi de demonstrar como a modificação do modo de produção, através da substituição da agricultura de subsistência pelo agronegócio, causou e vem causando impactos acentuados na configuração territorial da Região Oeste da Bahia. Concluímos que as estratégias de planejamento do governo em suas três instâncias atendiam a uma concepção de desenvolvimento economicista, obtendo êxito no que diz respeito ao aumento do desempenho econômico da região. No entanto, tem ocasionado uma gritante desigualdade socioeconômica entre os indivíduos que compõem aquele território.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Agronegócio, Governo, Desigualdade socioeconômica.

ABSTRACT: In this article we analysed the expansion process of modern agriculture in the woody pasture of Bahia, outstanding the strategies of different hegemonic agents, mostly the government in its three spheres of action (Federal, State and Municipal). The aim was to demonstrate how the changing of the production system, by replacing the sustaining agricultural type for the agribusiness has caused stressed impacts in the territorial configuration of the West region of Bahia State. We have come to the conclusion that the government's planification strategies in its three stages considered a conception of an economic development, getting success related to the increasing of the economic performance of the region. Although, it has created a crying socioeconomic inequality among individuals from that territory.

KEY WORDS: Territory, agribusiness, government, socioeconomic inequality.

¹ Mestre em Geografia, Professor Assistente do Curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCH/Campus IV - Jacobina-Ba. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade – NECC. munizfh@hotmail.com

² Graduando em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCH/Campus IV - Jacobina-Ba. Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa de Bolsas da UNEB (PICIN). Vinculado ao Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade – NECC. jorginhovalois@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar os eventos produzidos pelos diversos agentes hegemônicos (governo federal, governo estadual, governo local de Luís Eduardo Magalhães, investidores estrangeiros, imigrantes sulistas e nordestinos) no processo histórico de expansão do agronegócio pelos cerrados baianos, demonstrando os impactos destas ações na configuração territorial da Região Oeste do Estado da Bahia. Para tanto, os argumentos foram expostos em duas seções.

A primeira seção abordará o processo histórico de (des)(re)territorialização da Região Oeste do Estado da Bahia, pois é neste contexto de revalorização econômica do solo desta região, através da expansão da agricultura moderna do Centro-oeste para os cerrados baianos que vai surgir o município de Luis Eduardo Magalhães.

A segunda seção abordará os aspectos históricos da ocupação e emancipação deste município. Além de analisar o seu desempenho econômico e as estratégias criadas pelo governo local para garantir o rótulo de capital do agronegócio à cidade de Luís Eduardo Magalhães.

O PROCESSO DE (DES)(RE) TERRITORIALIZAÇÃO DO OESTE BAIANO: DO ALÉM SÃO FRANCISCO AO NOVO NORDESTE

O processo histórico de ocupação territorial da Região Oeste do Estado da Bahia caracteriza-se pelo fenômeno da (des)(re)territorialização que segundo Haesbaert (1996) significa o processo dialético pelo qual sofre o espaço, quando ocorrem, em seu entorno, transformações técnicas, culturais e sociais que evidenciam uma mudança de identidade em seu território.

O oeste baiano, até meados da década de 1980, possuía características que lhe renderam o apelido de “Além São Francisco”, fazendo uma referência à falta de expressão econômica e ao isolamento da região com relação a capital do Estado - Salvador - e a outros centros importantes do país. Após a década de 1940 ocorreram mudanças técnicas em seu território que aumentaram o seu valor econômico e impulsionaram, conseqüentemente, seu valor simbólico. O que era antes o “Além São Francisco”, hoje, passou a compor (junto com o sul do Piauí e do Maranhão) o Novo Nordeste, região promissora com um grande desempenho econômico e acentuadas desigualdades sociais.

Desde o século XVIII, já existia no oeste baiano uma ocupação efetiva do solo. No entanto, este espaço possuía formas e

conteúdos diferentes das atuais. Até a década de 1980 este território caracterizava-se, “por uma geografia de espaços reduzidos e tempo de longa duração” (HAESBAERT, 1996, p. 378). A população, basicamente de sertanejos, vivia da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência. Sem a utilização de técnicas modernas extraíam do cerrado apenas o suficiente para sobreviver. Portanto, adaptavam-se aos aspectos naturais da região.

A expansão da agricultura moderna pelos cerrados brasileiros desencadeou uma série de ações públicas e privadas que alteraram as formas e os conteúdos deste espaço, transformando-o em um novo território caracterizado como um meio técnico científico e informacional. Segundo Vieira (2007:46) o fenômeno ocorrido na Região Oeste é conseqüência “da sobreposição de atividades primárias e tradicionais pela agricultura moderna, com emprego acentuado da mecanização e fortes relações capitalistas e industriais”.

Analisaremos a seguir, os principais eventos que impulsionaram a (des)(re)territorialização da Região Oeste. A análise deste processo histórico é importante para percebermos como as estratégias dos diversos agentes hegemônicos se entrelaçam através do tempo e reconfiguram o espaço de modo a surgir um novo território. Os eventos citados abaixo serão com base em Vieira

(2007) em seu estudo sobre a formação regional do oeste baiano.

As primeiras ações do Governo Federal com o intuito de estabelecer bases estatais naquela região foram: a construção do aeroporto internacional de Barreiras, durante o período de 1942-1949, este fato evidencia o objetivo de inserir a região aos interesses do capital estrangeiro; em 1943 foi instalada a primeira agência do Banco do Brasil e em 1957 foi implantado o Instituto de Fomento Econômico, pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico.

Vieira (2007) destaca ainda a importância da emancipação de 12 municípios entre o período de 1958-1962 impulsionado pela Constituição Federal de 1946. Segundo a autora este evento representava uma estratégia de ordem política, com a criação de novos territórios políticos através de “troca de favores que envolvia a apropriação de cotas federais de impostos, pelos municípios, e melhores garantias de reeleição de políticos vinculados ou não à região” (SANTOS FILHO, 1989 *apud* VIEIRA, 2007, p.47).

A década de 1960 foi marcada por significativas intervenções do governo federal para a criação de infra-estrutura que permitiram a inserção da Região Oeste em um novo contexto econômico. Primeiro foi à construção da Usina Hidroelétrica de Correntina, no município de Correntina.

A segunda importante intervenção ocorreu após a fundação de Brasília em 1960, pois este evento propiciou a criação de rodovias federais com o objetivo de interligar a nova capital às diversas regiões do país. Dava-se início ao projeto de Integração Nacional do Governo Federal. Neste contexto as principais rodovias que interferiram diretamente na dinâmica espacial do oeste baiano foram a BR 135 (Brasília – Barreiras – Piauí), BR 020 (Brasília – Barreiras) e a BR 242 (Barreiras – Salvador). As duas últimas citadas têm uma importância particular por ligar a região oeste à capital do país e à capital do estado respectivamente. “A ampliação de rede viária nos cerrados baianos o aproximou dos grandes centros de produção e de consumo do país, permitindo a valorização da terra nesta região”. (VIEIRA, 2007, p. 49).

Haesbaert (1996) também dá significativa importância à construção das rodovias para o processo de (des)(re)territorialização do oeste baiano, pois alterou a concepção de tempo e espaço dos moradores daquelas áreas.

O asfalto da BR-242 que passa em frente ao povoado alterou quase tudo. Sintomaticamente, a estrada virou “pista”, como se fosse o local da corrida, da (outra) velocidade cujo ritmo a comunidade “morre mas não entende” (ainda que muitos parentes tenham utilizado a estrada para migrar para a cidade) (HAESBEART, 1996, p. 379).

Foi também durante esta década de 1960 que o governo federal implantou ações direcionadas a pesquisar as potencialidades agrícolas da região, caso da criação do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados – CPAC, em 1960 e; também com a implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA na região.

Durante a década de 1970 foi instalada, no município de Barreiras, uma Diretoria Regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF que foi responsável pelo primeiro projeto de colonização e irrigação da região – Perímetro Irrigado Barreiras – São Desidério. Segundo Vieira (2007, p. 50) “Este foi um importante marco para a transformação da base econômica primária do oeste baiano (...)”.

Estes eventos interferiram diretamente na dinâmica sócio-espacial da região, pois valorizou as terras, através de ações governamentais que privilegiaram a melhoria de infra-estrutura, principalmente de transportes e propiciou, através de pesquisas, a implantação de uma agricultura moderna, altamente mecanizada, através do cultivo de novas culturas agrícolas, principalmente a soja.

É incontestável o papel do governo federal, como um dos principais atores hegemônicos, na reconfiguração territorial

da Região Oeste da Bahia, inserindo este território no contexto do Novo Nordeste. No entanto, Haesbeart (1996) afirma que não houve, nas ações do governo federal, uma política direcionada exclusivamente à dinamização econômica do Nordeste. As intervenções feitas foram conseqüências da expansão de políticas agrícolas direcionadas à região Centro-Oeste do Brasil. O motivo destas ações terem chegado ao Nordeste refere-se às condições morfoclimáticas da região que pertence ao bioma cerrado, o mesmo da Região Centro-Oeste.

A partir das intervenções do governo federal, após a década de 1970, outros atores hegemônicos sentiram-se atraídos para esta região. Caso, por exemplo, dos investidores japoneses que implantaram por todo o cerrado, em ação conjunta com o governo federal o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Este projeto teve três fases: PROCEDER I (1979-1984) em Minas Gerais, PROCEDER III (1995-2001) em Maranhão e Tocantins e o PROCEDER II (1985 – 1993) a este damos maior destaque pois suas ações foram direcionadas às terras da Região Oeste da Bahia, além de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. As ações deste programa tinham como objetivo ampliar a produtividade agrícola, principalmente da soja.

Outro ator hegemônico que contribuiu para a (des)(re)territorialização do oeste baiano foi o governo estadual, que após décadas de esquecimento no que concerne ao direcionamento de políticas públicas na região, (esquecimento este que, diga-se de passagem, rendeu a região o apelido de “Além São Francisco”) passou a partir da década de 1960 e com mais ênfase durante a década de 1980 a implementar ações que contribuíram efetivamente para a ocupação e transformação produtiva, recente, da região.

Dentre as ações do governo estadual podemos citar a implantação de duas unidades do Departamento de Estrada e Rodagem da Bahia (DERBA). Uma em Santa Maria da Vitória (1967) e a outra em Barreiras (1968). Estas ações estão relacionadas à melhoria de infraestrutura de transportes. Em 1980, foi criado o Programa de Ocupação Econômica do Oeste e, em 1987 o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano. Estes programas tinham como objetivo conceder incentivos de acesso a terra e aos créditos facilitados, que em parceria com os créditos rurais, subsidiados pelo governo federal, permitiam o investimento e o custeio da produção em áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Os incentivos proporcionados pelos governos federal e estadual referentes

à ocupação e aquisição da terra, os financiamentos para o custeio da produção, boa infra-estrutura que permitiram a mecanização e escoamento das colheitas, além dos investimentos em pesquisa que primeiro propiciaram o cultivo de soja em um solo ácido e segundo criaram mecanismos de combate a pragas e que garantiam a qualidade dos grãos. Foram os fatores responsáveis por pelo menos dois intensos fluxos migratórios.

Primeiro os de sulistas que a partir de 1970 se fixaram na região, principalmente nas mediações de Barreiras, município que recebeu maior parte das ações governamentais. Os sulistas, com destaque para os gaúchos, foram os principais empreendedores na região, e possuem a maior quantidade de propriedades rurais mecanizadas. O segundo fluxo migratório é de nordestinos, a maioria baianos provenientes da Região de Irecê que inebriados pelo Novo Nordeste, rotulado de “*eldorado*” da soja, migraram para a região em busca de melhores oportunidades de trabalho. A fixação destes dois grupos regionais distintos contribuiu de certa forma para acentuar as desigualdades sociais na região.

Este intenso fluxo migratório criou na região uma nova dinâmica urbana, pois cidades que antes possuíam um contingente populacional relativamente baixo cresceram consideravelmente em poucos anos. Como é o caso da cidade de

Barreiras que em 1970 possuía uma população de 20.864 habitantes saltando para 113.695, em 1996. Além disso, outra consequência será o surgimento de um novo núcleo urbano na região, o município de Luís Eduardo Magalhães.

Este crescimento populacional é reflexo da política de desenvolvimento econômico adotada tanto pelo governo federal como estadual, que acabam por privilegiar algumas regiões em detrimento de outras, criando fortes desigualdades socioeconômicas regionais. Caracterizando o que Santos (2008) denomina de crescimento verticalizado, onde são produzidos espaços luminosos e espaços opacos. O interessante é que diante de todo este processo histórico da (des)(re)territorialização da Região Oeste da Bahia podemos dizer que alguns municípios deixaram de se tornar espaços opacos e se tornaram espaços luminosos, e outros já surgiram como espaço luminoso, como é o caso do município de Luís Eduardo Magalhães que nem se quer existia antes do processo de (des)(re)territorialização da região.

Os diversos eventos ocorridos nos cerrados baianos, durante todas estas décadas, e todos com o único objetivo de implantar na região uma agricultura moderna e mecanizada, capaz de atender às exigências do mercado mundial acabaram por reconfigurar o espaço da região do oeste baiano.

Hoje a Região Oeste ocupa uma área de 28,5% do território baiano e abriga 39 municípios. Além disso, é a maior fronteira agrícola da Bahia, com uma área cultivada de 1,5 milhões de hectares, com capacidade de expansão para mais de 3 milhões de hectares. É a maior produtora de grãos da Bahia e uma das maiores do Brasil. Em consequência ao grande desempenho agrícola, atraiu para a região grandes empresas multinacionais e nacionais, como é o caso da Bunge Alimentos S/A, Cargil Agrícola S/A e outras.

O que era antes um espaço sem expressão econômica que possuía como principais atividades a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, com núcleos urbanos pouco povoados, adaptados para atender apenas as necessidades locais de uma população basicamente de sertanejos nativos da região. Tornou-se, em poucas décadas, um espaço de produção essencialmente capitalista, com grandes áreas produtoras de grãos, principalmente a soja, produto jamais produzido antes em terras baianas.

As técnicas rudimentares características das atividades econômicas tradicionais foram substituídas por técnicas modernas sustentadas por um potente aparato científico e tecnológico. Os núcleos urbanos agora têm que se adaptar ao novo contexto econômico da região, tendo a obrigação de atender as

necessidades técnicas de uma economia cada vez mais internacionalizada. A população exclusivamente de sertanejos nativos da região, agora se mistura aos imigrantes originários dos mais diversos lugares do Brasil, principalmente sulistas, em sua maioria, gaúchos, e nordestinos, em sua maioria, baianos da Região de Irecê.

A principal consequência da (des)(re)territorialização da Região Oeste do Estado da Bahia foi o surgimento de um novo território configurado a partir dos anos de 1980 e que representa bem este espaço moderno de uma economia dinâmica cada vez mais global. Estamos falando do Município de Luís Eduardo Magalhães, emancipado em 30 de março de 2001, mas que tem seu território ocupado desde 1980, a partir do intenso fluxo migratório recebido na região. A próxima seção deste artigo será direcionada a análise do contexto histórico deste município, símbolo que representa a nova realidade da Região Oeste, ou seja, o Novo Nordeste.

O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES: AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO GOVERNO LOCAL

O município de Luís Eduardo Magalhães tem sua origem em

LUIZ EDUARDO MAGALHÃES ÁREA DO PDRS - OESTE

O evento que proporcionou a origem deste município foi à instalação do posto de gasolina Mimoso, em 1982, no km 90 da BR 020, fazendo referência à distância do posto de gasolina a Barreiras. Foi, justamente, este empreendimento que acabou dando início à ocupação territorial daquela área. Devido ao fluxo sempre constante de veículos, por causa do dinamismo econômico proporcionado pelo cultivo de grãos, o posto foi ampliando as suas prestações de serviços, passando a comercializar mercadorias. Logo, o lugar despertou o interesse de imigrantes do Sul e Sudeste do país, fazendo surgir, conseqüentemente, próximo ao posto de gasolina, o loteamento Rancho Grande.

Os primeiros habitantes deste loteamento eram gaúchos, descendentes de alemães e italianos. Por isso é que se diz que a origem e o crescimento econômico deste município são graças ao espírito empreendedor desta gente. Sem querer tirar o mérito dos sulistas, concordamos com Vieira (2007, p. 53) quando afirma:

[...] que a cultura trazida pelos sulistas não conseguiria desencadear isoladamente essa rápida e duradoura promoção econômica, [...]. Com efeito, as motivações internacionais influenciaram, de forma contundente, a nova dinâmica

regional do oeste e em particular do município de Luís Eduardo Magalhães.

Além da chegada dos imigrantes sulistas, que contribuiu para a introdução de novos hábitos na produção agrícola. A autora destaca pelo menos mais duas outras motivações para o rápido crescimento econômico da região: primeiro, o apoio público dos governos estadual e federal, e segundo, a reestruturação técnica a partir da implantação de novas tecnologias que possibilitaram a produção de soja nos cerrados. Como já vimos na primeira seção deste artigo.

Voltando a relatar o processo de ocupação e expansão de Luís Eduardo Magalhães, afirmamos que, rapidamente o loteamento Rancho Grande ampliou as suas dimensões ganhando *status* de povoado. Em 1996, o povoado de Mimoso do Oeste, nome dado em homenagem ao posto de gasolina, já possuía características de cidade, com quase 10.000 habitantes, a sede da CEVAL, e três agências bancárias. Mesmo assim o povoado não era se quer distrito de Barreiras.

Contudo, o povoado só ganhou o título de distrito em 1997, através do projeto de Lei N° 034 de 08 de outubro. Graças às pressões exercidas pela população, lideradas pela Associação dos Moradores de Mimoso do Oeste (AMMO).

Outro acontecimento importante foi à alteração do nome do distrito de Mimoso do Oeste para Luís Eduardo Magalhães. Projeto encabeçado pela deputada estadual Jusmari Terezinha de Oliveira (PFL) e aprovado na Câmara Municipal de Barreiras em 1998. A mudança do nome do distrito foi uma homenagem póstuma ao deputado federal falecido naquele ano.

Em 30 de março de 2000, o novo projeto da deputada estadual Jusmari Terezinha de Oliveira é aprovado, e o distrito de Luís Eduardo Magalhães, através da Lei Nº 7.619, consegue a sua emancipação, tornando-se o mais novo município da Bahia. Este ato foi, durante muito tempo, motivo de grandes polêmicas, levando o Partido dos Trabalhadores (PT) a mover a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 2.240 contra o processo de emancipação deste município.

O PT alega pelo menos duas falhas em sua criação: a primeira, diz respeito à violação a Emenda Constitucional Nº.15/96 que prevê a realização de um plebiscito com a população dos dois territórios envolvidos no processo, no caso, o distrito-sede e o distrito que deseja ser emancipado. Sobre esta Emenda Constitucional, Fonseca (2006) afirma que sua criação se justifica, justamente, na tentativa de frear as emancipações, pois seria mais difícil conseguir um consenso

entre a população das duas partes envolvidas no processo. No caso de Luís Eduardo Magalhães o plebiscito só foi realizado com os moradores do distrito emancipacionista; A segunda irregularidade alegada, refere-se à violação da Lei Federal Nº. 9.504/97 que afirma que apenas os municípios criados até o dia 31 de dezembro de 1999, poderiam eleger prefeitos e vereadores nas eleições do ano 2000. No caso de Luís Eduardo Magalhães o seu processo eleitoral só poderia ocorrer em 2004. No entanto, neste município, as eleições ocorreram normalmente no ano 2000. Mesmo, diante destas questões de inconstitucionalidade o fato é que o município foi emancipado. Possui, portanto, oito anos de existência, gozando inclusive de autonomia política, administrativa e financeira, prevista pela Constituição Federal de 1988.

Mesmo antes da emancipação, Luís Eduardo Magalhães já possuía um notório desempenho econômico, com uma parcela considerável de terras agricultáveis, sendo que boa parte delas já executavam projetos agropecuários modernos. Além de cinco importantes empresas da cadeia do complexo agroindustrial, também, já instaladas em suas mediações, inclusive com um centro urbano bem planejado para atender as demandas do capital estrangeiro. Possui, agora, um governo local.

Vale ressaltar que, embora, o município estivesse em constante

crescimento mesmo antes de sua emancipação, dando a concepção errônea de que o crescimento de Luís Eduardo Magalhães seria um crescimento natural, o governo local tem uma parcela importante sobre o quadro socioeconômico do município. Em entrevista (pesquisa de campo) com o secretário da agricultura e desenvolvimento econômico, Sr. Eduardo Yamashita, realizada dia 18 de abril de 2008, ele afirma que se não houvesse um governo local em Luís Eduardo Magalhães não haveria no município o Centro Industrial do Cerrado (CIC), muito menos a Agrishow, pois Barreiras nunca havia despertado o interesse para estes tipos de ações.

O governo local apresenta-se como principal ator hegemônico, responsável direto pela elaboração e implementação de estratégias de promoção econômica e desenvolvimento sócio-espacial. Portanto, suas ações interferem direta e indiretamente na configuração territorial do município. Por isso, serão abordados agora os aspectos referentes ao direcionamento das ações institucionais do governo local do município, como forma de entender o contexto político, econômico e sócio-espacial, pelo qual o espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães está sendo configurado.

Segundo Vieira (2007), as estratégias de desenvolvimento implementadas pela gestão do prefeito

Oziel Oliveira, eleito em 2000 e reeleito em 2004, tem sido direcionada, compulsoriamente, para a promoção econômica do território a partir do agronegócio. A autora identificou o modelo de gestão do município, como gestão municipal empresarial com estratégias de promoção econômica, objetivando a atração de empresas através do marketing territorial. Semelhante ao modelo de gestão adotada nos grandes centros urbanos. A autora identifica duas ações como as principais, para que a gestão municipal alcance o seu objetivo. A primeira foi à criação do Centro Industrial do Cerrado (CIC) e a segunda foi à criação da Agrishow Luís Eduardo Magalhães.

O Centro Industrial do Cerrado situa-se a 6 Km da cidade, às margens da rodovia BR 242, foi criado em 26 de janeiro de 2001, podemos dizer que foi uma das primeiras ações do prefeito Oziel Oliveira. Seu objetivo é de fornecer a infraestrutura necessária para a instalação de agroindústrias. O CIC possui uma extensão de 248 hectares e dispõem de energia elétrica, pavimentação asfáltica e água. Aliado à infra-estrutura, proporcionada pela criação da CIC, a prefeitura dispõe, às agroindústrias, outros benefícios, como a isenção do IPTU do imóvel industrial por 10 anos, redução progressiva do ISS, além de se comprometer com a capacitação de mão-de-obra. Sobre a questão dos incentivos vale lembrar que a prefeitura

também conta com os incentivos federais (redução de 75% do imposto de renda por 10 anos com possibilidades de prorrogações) e estaduais (AGRINVEST³, PRODECAF⁴, PROALBA⁵ e PROBAHIA⁶).

Sobre esta estratégia podemos dizer que o governo local de LEM tem cumprido o seu objetivo. Pois, se analisarmos a quantidade de agroindústrias instaladas na cidade antes à emancipação e depois, veremos um salto impressionante. Antes da emancipação existiam na cidade apenas cinco indústrias instaladas, hoje encontram-se instaladas no município 50 unidades industriais, sendo que 27 destas, estão em funcionamento e 23 em fase de implementação. Vale ressaltar que do total de indústrias, apenas 23 estão instaladas na CIC, sendo 16 em funcionamento e 7 em instalação. Mesmo assim, este fato não diminui o mérito da prefeitura, no que se refere à atração de indústrias.

A segunda estratégia do governo local, destacada por nós, foi à criação do evento Agrishow Luís Eduardo Magalhães. Este evento estava nos planos do prefeito Oziel Oliveira desde 2001. O objetivo desta estratégia é o de promover internacionalmente o município de modo a

divulgar o potencial da produção agrícola local, além de chamar a atenção de empresas do agronegócio para futuros investimentos na cidade.

Foram realizadas três edições do Agrishow Luís Eduardo Magalhães. A primeira ocorreu entre os dias 15 e 19 de junho de 2004, participaram do evento cerca de 150 expositores e a movimentação em negócio foi de R\$ 380 milhões de reais. A segunda edição ocorreu entre os dias 14 e 18 de junho de 2005, recebeu a visita de cerca de 25 mil pessoas e sua movimentação em negócio foi de R\$ 210 milhões de reais. Em 2006 não ocorreu a Feira Internacional devido à crise agrícola ocorrida em todo o país. Voltando a acontecer no ano seguinte, entre os dias 29 de maio a 02 de junho, mesmo com o clima de incertezas, reflexo ainda da crise, a Agrishow Luís Eduardo Magalhães 2007 foi um sucesso. Recebeu mais de 26 mil visitas, participaram 101 expositores e teve uma movimentação em negócios entorno de R\$ 200 milhões de reais.

Através de uma análise comparativa entre o número de movimentações em negócios na cidade durante o período em que ocorreram as três edições da Feira Internacional, incluindo o ano em que a Feira não aconteceu, podemos perceber o momento econômico pelo qual atravessava o município.

A primeira edição, Agrishow 2004, foi a mais significativa, pois teve uma maior

³ Programa de Investimento para Modernização da Agricultura Baiana

⁴ Programa de Desenvolvimento da Cafeicultura na Região Oeste

⁵ Programa de Incentivo à Cultura de Algodão

⁶ Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia

quantidade em valores de movimentações financeiras. Analisando os números da segunda edição, Agrishow 2005. Percebemos que o valor total das negociações caiu significativamente. Isto demonstra que o município começava a sentir os efeitos de uma possível crise agrícola, concretizada em 2006, ano em que não ocorreu a feira. Em, 2007 ocorre a terceira edição da Agrishow, apelidada pelo Sr. Humberto Santa Cruz, presidente da Agrishow Luís Eduardo Magalhães e da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) de “feira da esperança”, pois seria o início da volta por cima e a retomada do crescimento da agricultura. Mesmo com este clima de entusiasmo, esta edição teve um valor total de negociações ainda menor do que as edições anteriores, mostrando que o município ainda sentia o impacto da crise.

Mesmo com este clima de incertezas a Feira Internacional tem cumprido o objetivo do governo local, pois tem divulgado o nome do município em todo o país, e em diversos países com expressão no cenário do agronegócio. Inclusive podemos encontrar, freqüentemente, na mídia escrita ou falada, reportagens que abordam o crescimento econômico estrondoso do município, sempre atrelado ao sucesso da agricultura de grãos. Além disso, foi através deste evento que a cidade ganhou uma nova denominação “Capital do Agronegócio”.

No entanto, as estratégias do governo local direcionadas ao marketing territorial, trouxeram, além da visibilidade econômica, grandes problemas sociais ao município.

Primeiro porque além de atrair empresas e investimentos, estes rótulos de “Capital do Agronegócio” e a “cidade que mais cresce no Brasil” tem atraído também um número significativo de imigrantes pobres para a cidade. Vale ressaltar que o fluxo migratório de Luís Eduardo Magalhães já era grande desde que o município ainda era distrito, agora o fluxo migratório tem se intensificado. Se compararmos os dados do Censo Demográfico de 2000 com o Censo Demográfico de 2007 do IBGE, perceberemos o quanto à cidade cresceu demograficamente. O número de habitantes saltou de 20.169 para 44.265. Se antes da emancipação a taxa de crescimento era de 16,26%, depois da emancipação a taxa saltou para 22% ao ano.

Segundo as palavras do produtor rural Ubiratan Franciosi, gaúcho de Casca (RS) em entrevista concebida à revista eletrônica Valor Econômico On-line: na década de 80, o que atraíam os “forasteiros” para a região eram as terras baratas e a perspectiva de produzir numa nova fronteira, Hoje o que mais atrai é uma agroindústria em desenvolvimento.

O agricultor se refere aos dois distintos ciclos migratórios ocorridos na

região em diferentes momentos. Primeiro, ocorrido, principalmente entre as décadas de 80 e 90 onde o que atraía as pessoas era a agricultura. O segundo se refere ao movimento migratório atual, onde o motivo prioritário são as agroindústrias. O interessante é que nos dois ciclos podemos perceber uma disparidade socioeconômica e cultural. No primeiro a disparidade era entre sulistas, atraídos pelo preço barato das terras e nordestinos atraídos pela possibilidade de trabalhar nelas. No segundo ciclo, caracteriza-se pela tentativa de atrair empresários estrangeiros e pela continuidade na migração nordestina que agora são atraídos pelos empregos urbanos gerados pelas empresas.

O segundo problema das estratégias de desenvolvimento econômico da gestão municipal é que tem acentuado a desigualdade socioeconômica entre os habitantes da cidade, pois suas ações têm beneficiado aos grandes produtores agrícolas, aos empresários do agronegócio e do ramo imobiliário. Isto fica fácil de ser percebido se analisarmos o PIB *per capita* do município que é de R\$ 51. 598,14. Este valor rendeu ao município o 36º lugar no ranking nacional e o terceiro lugar no ranking baiano. Um absurdo se comparado com a renda mensal da maioria das famílias da cidade que não chega a dois salários mínimos.

CONCLUSÃO

Concluimos que este processo trouxe e continua trazendo profundas transformações na configuração territorial da Região Oeste do Estado da Bahia, inclusive promovendo o surgimento de um novo território, o município de Luís Eduardo Magalhães que nasce da necessidade técnica da agricultura moderna. Além disso, percebe-se que as estratégias adotadas pelos três governos possuem um caráter economicista o que tende a produzir neste território, além de safras recordes de grãos, acentuadas desigualdades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

- Agrishow Luís Eduardo Magalhães 2007. **Página Rural**. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/eventos_detalhes>. Acesso em 15 de abril 2008.
- FONSECA, A. A. M. da. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização**. Feira de Santana: UEFS, 2006.
- HAESBAERT, R. “Gaúchos” e Baianos no “Novo “ Nordeste: entre a Globalização Econômica e a Reinvenção das Identidades Territoriais. In: CASTRO, I. E. DE; GOMES, P. C. DA; CORREA, R. L. **BRASIL: questões duais da**

regionalização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

LUÍS Eduardo movimenta economia com *Agrishow*. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br/noticias>>. Acesso em: 29 dez. 2006.

PIMENTEL, M. S. Feira da esperança. **Panorama Rural**. 26 Abr. 2008. Disponível em: <http://www.panoramarural.com/popimprime.aspx?id=144>. Acesso em 26 Abr. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **O município de Luis Eduardo Magalhães/ Bahia – A capital do Agronegócio.** Luís Eduardo Magalhães, 2005.

ROCHA, A. do A. Região oeste da Bahia exhibe sinais de riqueza. **Valor Econômico On-Line**. 10 set. 2004. Disponível em:<http://internotes.fieb.org.br/retec/sg_i_noticias.nsf>. Acessado em: 23 abril 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Ed. 10. Rio de Janeiro, Record, 2008.

VIEIRA, V. da S. **O governo local e a promoção econômica a partir do**

marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santos Antonio de Jesus, 2007.